



CONTRATO Nº/2019

PAD Nº. 6252/2019

ANEXO VI

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, conforme Termo de Abertura de Licitação **Nº 09/2020**, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº./2020, PAD **6252/2019**, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº.**
....., com sede na Rua, nº, bairro
....., Cidade/UF, CEP:, telefone:, e-mail:
....., neste ato representada por,
portador do CPF nº., denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços **terceirizados com especialização em design gráfico, mediante alocação e gestão de posto de trabalho**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato e anexos, bem como às disposições descritas no edital de Licitação e seus anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

2.1 – Dos locais da prestação de serviços:

- a) Os serviços deverão ser prestados nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba-PR, Seção de Produção Jornalística;
- b) Excepcionalmente, os serviços poderão ser realizados fora desses limites, mediante prévia autorização da Contratante.

2.2 – Da categoria e quantitativo:

2.2.1 – A Contratada deverá fornecer **01 (um) designer gráfico (CBO 2624-10)**, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições a seguir especificadas:

Descrição do Serviço	Quantidade de Postos	Período da contratação	Carga horária semanal
Designer Gráfico	1	30 meses	40h

2.3 – Das atribuições básicas e perfis do posto de trabalho:

2.3.1 – Principais atribuições do profissional:

- a) Tratamento de fotos para publicação na intranet, internet e redes sociais;
- b) Criação de imagens para publicação na intranet, internet e redes sociais;
- c) Criação de leiautes de documentos para publicação na intranet, internet e redes sociais;
- d) Criação de leiautes para peças de comunicação tanto digitais quanto impressas.

2.3.2 – Perfil e qualificação mínima do profissional:

- a) Competências e conhecimento em designer gráfico;
- b) Experiência técnica mínima de 6 (seis) meses em designer gráfico;
- c) Conhecimento e familiaridade com as ferramentas ADOBE CREATIVE CLOUD, Corel Draw, Flash, Dream Weaver, Illustrator, Photoshop, Acrobat Professional e InDesign;
- d) Capacidade de trabalhar em equipe;
- e) Boa comunicação;
- f) Iniciativa e dinamismo;
- g) Conduta ética no agir e no comportamento;
- h) Disciplina na conduta profissional;
- i) Urbanidade;
- j) Não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento e de membros e juízes vinculados a Justiça Eleitoral do Paraná.

2.4 – Da carga horária:

2.4.1 – A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, em horário previamente acordado com a gestão contratual, que poderá ser das 10h às 19h, com uma hora de intervalo para o almoço, obedecendo à legislação vigente.

2.5 - Das horas extraordinárias:

2.5.1 - A previsão de custos com horas extras para os 30 (trinta) meses de contrato será de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

2.5.2 - Os serviços extraordinários poderão ser pagos, havendo também, a critério da Administração, a possibilidade de compensação de horários.

2.5.3 - Somente serão pagas as horas-extras cuja necessidade tenha sido comunicada pelo gestor/fiscal do contrato previamente e por escrito, à empresa contratada.

2.6 - Da compensação de jornada de trabalho e reposições:

2.6.1 - Para a compensação de jornada de trabalho, a contratada deverá estabelecer acordo individual com seu funcionário, por escrito, prevendo o acordo para compensação no mesmo mês e também para banco de horas, nos moldes dos parágrafos 5º e 6º do art. 59 da CLT (conforme redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

2.6.2 - Em razão da possibilidade de programar as férias do profissional para um período de menor demanda e a necessidade de treinamento do profissional alocado, não haverá reposição de férias e faltas ocorridas;

2.6.3 - As férias deverão ser concedidas em período previamente autorizado pela Contratante;

2.6.4 - Haverá glosa dos dias de falta, justificadas ou não.

2.7 - Das instalações e equipamentos:

2.7.1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná fornecerá as instalações (espaço físico, mesas, cadeiras, rede elétrica).

2.7.2 - Os softwares, computador e quaisquer equipamentos serão fornecidos pelo TRE-PR para a execução dos serviços terceirizados de designer gráfico.

2.7.3 - O profissional indicado pela empresa contratada será responsável por zelar pelos equipamentos cedidos pelo contratante.

2.7.4 - O TRE-PR não se responsabilizará pelos equipamentos que poderão ser disponibilizados pela contratada, caso ocorra, para a execução dos serviços.

2.8 - Do Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

2.8.1 - Objetivando a obtenção dos melhores resultados e da máxima qualidade na prestação dos serviços e possibilitar à Administração vincular o pagamento ao efetivo resultado do serviço prestado pelo fornecedor, será adotado o Instrumento de Medição de Resultados (Anexo II).

2.8.2 - Sem prejuízo da aplicação de sanções, poderão também ser feitos descontos no pagamento e advertências referentes ao não atendimento da qualidade desejada do serviço prestado, por meio do IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

2.8.3 - Para o efeito de aplicação do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO a contratante deverá registrar todas as ocorrências em documento próprio, previsto no

Anexo II, o qual deverá ser assinado pelo **fiscal do contrato**.

2.8.4 - As orientações e itens constantes no IMR constarão no Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados

2.9 - Do Recebimento dos serviços

2.9.1 - Será considerado como **recebimento provisório** o preenchimento do Instrumento de Medição de Resultados (Anexo II-A, conforme critérios estabelecidos no Anexo II), bem como a apuração dos fatos geradores ocorridos no período, previsto no sub item 7.2 e 7.1.3 deste contrato, a ser realizado pelo fiscal da contratação, o qual tem como objetivo a verificação da qualidade do serviço prestado, bem como eventuais glosas no pagamento pelo serviço prestado de forma ineficiente.

2.9.2 - Será considerado como **recebimento definitivo** o atestado do documento fiscal, correspondente à prestação dos serviços, a ser realizado pelo gestor da contratação. Os itens a serem verificados estão disponíveis no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, que encontra-se no Anexo II-A do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 - Do prazo para início da prestação dos serviços: o prazo para início da prestação dos serviços é de até 30 (trinta) dias, após a data de assinatura do contrato.

3.2 - Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos servidores designados para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita do CONTRATANTE.

3.3 - Retirar, no prazo determinado pelo TRE, quando solicitado, o empregado se porventura apresentar conduta considerada inconveniente/inadequada ao desempenho dos serviços e substituí-lo, independente de justificativa do Contratante.

3.4 - Providenciar que o profissional alocado no posto de trabalho usufrua as férias no período indicado pelo Tribunal, que preferencialmente será entre os dias 20 (vinte) de dezembro a 17 (dezessete) de janeiro do ano seguinte.

3.5 - Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seu empregado ao patrimônio da Administração.

3.6 - Responder por todas as despesas como impostos, taxas, seguros, verbas trabalhistas, bem como outras que recaiam sobre o objeto contratado.

3.7 - Orientar seu empregado quanto ao cumprimento das diretrizes de sustentabilidade adotados pelo TRE, tais como consumo racional de água e energia elétrica, uso preferencial de copos de vidros e xícaras de louça, em vez de descartáveis e separação do lixo gerado, nos moldes adotados pelo TRE.

3.8 - Orientar o empregado quanto ao uso obrigatório de crachá e o correto registro de cartão ponto.

3.9 - Conforme disposto no art. 17, inc. XVII, da Resolução TSE n. 23.234/2010, a CONTRATADA autoriza o TRE/PR a fazer o desconto no documento fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e o pagamento direto ao trabalhador, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento

da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.10 - Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PR ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo a CONTRATADA orientar seu funcionário nesse sentido.

3.11 - Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

3.12 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.13 - Providenciar os mecanismos necessários para que, nos termos da legislação trabalhista, CLT, alterada pela Lei 13.467/2017, seja possível instituir o regime de compensação de jornada, desde que a compensação ocorra no mesmo mês, mediante acordo individual tácito ou escrito.

3.14 - As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, a partir da data de assinatura, **de/..... a/.....**, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa com o presente instrumento correrá pelo

Programa de Trabalho;
Nota de Empenho: 2019NE00....., emitida em/...../2019;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
SIASG: 24023.

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste. Nos termos Definidos no ANEXO II. Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

6.3 - Caberá aos Fiscais e seus substitutos, as seguintes atividades:

- a) Realizar o preenchimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual, devendo informar ao gestor do contrato qualquer anormalidade na prestação do serviço.
- c) Responsabilizar-se pela avaliação da CONTRATADA utilizando o **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo I-A)** e pelo encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), conforme procedimentos descritos no Anexo II (IMR).

6.4 - Caberá ao Gestor e seus substitutos, as seguintes atividades:

- a) Receber e atestar, definitivamente, o documento fiscal referente aos serviços contratados, encaminhando-o, no PAD respectivo, ao setor financeiro, para pagamento.
- b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, bem como efetuar o recebimento definitivo conforme cláusula específica.
- c) Comunicar à Contratada, preferencialmente por e-mail, a necessidade de solucionar problemas, defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços e fixar prazo para cumprimento.
- d) A persistirem as irregularidades e abrir Processo Administrativo, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, e o encaminhá-lo para apreciação superior.
- e) Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da Contratada relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros ou outros.
- f) Responsabilizar-se pela consolidação das avaliações recebidas, pelo preenchimento do **Formulário de Avaliação da Contratada** e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório para pagamento da CONTRATADA, assim como pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor - Parcial ou Final, conforme procedimentos descritos no Anexo II - (IMR).
- g) Realizar solicitações de adequações ao objeto contratual, eventualmente necessárias, através de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o **valor mensal** abaixo discriminado, para o período de 30 (trinta) meses, totalizando o valor de **R\$.....(.....)**, considerando a planilha de custos - **anexo V**, anexa a este contrato, conforme os valores abaixo especificados.

Descrição do Serviço	Quantidade de Postos	Valor unitário mensal	Valor total 30 meses
Designer Gráfico (CBO 2624-10)	1		

7.1.1 - DOS CUSTOS ESTIMATIVOS ACESSÓRIOS:

a) Fica previsto estimativamente para pagamento de horas extraordinárias, bem como para auxílios decorrentes de jornada suplementar em sábados/Domingos/Feriados, e outras despesas dela decorrentes como transporte e vale alimentação que possam vir a ser necessárias, no valor total **R\$ 4.300,00** (quatro mil e trezentos reais) para os 30 (trinta) meses de contrato, conforme os custos unitários apresentados na planilha detalhada de custos. Sendo que, somente poderão ser realizadas horas extraordinárias mediante prévia autorização do fiscal/gestor do contrato.

a.1) Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto.

7.1.2 - Do Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo II):

7.1.2.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, (Anexo II), o qual define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que será aplicado desconto ao preço mensal do contrato, conforme tabela abaixo:

% obtido no Formulário de Avaliação de Qualidade	Parâmetro para emissão do valor da Nota Fiscal	DESCONTOS APLICADOS
$\geq 80 \%$	Pagamento integral (100%) do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade com geração de atestado de capacidade técnica	SEM DESCONTO
$60\% \leq IQ \leq 80\%$	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	5% de desconto do valor da Nota fiscal
$60\% \leq IQ \leq 80\%$ e Reincidência ou Reincidência pontuação zero nos itens (Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços)	Pagamento de 90% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	10% de desconto do valor da Nota Fiscal
$IQ < 60\%$	Pagamento de 85% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	15% de desconto do valor da Nota Fiscal

7.1.2.2 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o Instrumento de Medição de Resultado (Anexo II).

7.1.2.2.1 - Se o percentual de glosa for superior a 15% (quinze por cento) ou, quando houver 03 (três) avaliações, pelo período sequencial ou intermitente, abaixo de 85%, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da última avaliação, além do desconto

na fatura, poderão ser aplicadas as penalidades administrativas previstas no instrumento contratual.

7.1.3 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços, nos termos abaixo:

- a) No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- b) O recebimento provisório será realizado pelo fiscal 5 (cinco) dias após a entrega da documentação acima com a elaboração de um relatório circunstanciado (Medição Mensal);
- c) O relatório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários;
- d) Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;
- e) Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o fiscal irá indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- f) No momento da entrega da documentação comprobatória, a empresa poderá solicitar o aporte antecipado dos recursos para a efetiva quitação de fatos geradores, ante a sua efetiva ocorrência, no entanto, deverá apresentar o comprovante da quitação do evento em no máximo 3 (três) dias contados do pagamento deste; (consta no caderno)
- g) O fiscal encaminhará o relatório circunstanciado (Medição Mensal), com base nas ocorrências e documentações apresentadas, e o IMR, com o dimensionamento exato para que a empresa possa emitir a Nota Fiscal.

7.2 - DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

7.2.1 - Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, e serão pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador.

7.2.2 - A não ocorrência dos fatos geradores discriminados no item 7.2.1 não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato.

7.2.3 - A CONTRATADA deverá apresentar a proposta contemplando o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

7.2.3.1 - Conf. Art. 63 da IN nº 5, de 2017, a administração não arcará com equívocos de dimensionamento apresentados na proposta, independentemente da ocorrência do evento que ensejar o Pagamento pelo Fato Gerador.

7.2.4 - O pagamento e as liberações quando da ocorrência dos eventos, ocorrerão conforme abaixo:

7.2.4.1 - Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à contratada, a depender da especificidade da contratação, o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços:

- a) Módulo 1: Composição da Remuneração;
- b) Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
- c) Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
- d) Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

7.2.4.2 - As verbas discriminadas no item 7.2.1 somente serão liberadas nas seguintes condições:

- a) Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional ao tempo em que os empregados estão vinculados ao contrato, quando devido;
- b) Pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato, em razão proporcional ao tempo vinculado ao contrato com a Administração;
- c) Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de vinculado ao contrato;
- d) Pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato;
- e) Outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

7.2.4.3 - A não ocorrência dos fatos geradores discriminados nas alíneas do subitem acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato.

7.3 - Do documento fiscal:

7.3.1 - O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, spjor@tre-pr.jus.br, em formato PDF, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº. 224, 1º. andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná, telefone 41 - 3330-8316, 3330-8846 e 3330-8536.

7.3.1.1 - O documento fiscal deverá atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valor mensal e total, e
- Número do contrato;
- Banco, Agência e Conta-Corrente da CONTRATADA.

7.3.1.2 - O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet, para fins da contratação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

7.3.1.3 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na contratação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os requisitos previstos no item 7.3.1.1.

7.3.1.4 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.1.5 - O período para faturamento deverá ser mensal.

7.3.1.6 - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*), na proporção de 1/30 do valor mensal. Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

7.3.1.7 - A emissão do documento fiscal/recibo deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

7.3.2 - Como condição para efetivação de seu pagamento, as Notas Fiscais deverão ser acompanhadas obrigatoriamente de:

a) Controle de jornada (folha-ponto ou análogo) bem como comprovantes da quitação das obrigações trabalhistas do mês vencido (equivalente ao mês de referência/competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida), especialmente de pagamento (holerite) do salário do empregado que trabalhar na execução dos serviços, através de estabelecimento bancário em conta salário, e da entrega dos vales-transportes e auxílio-alimentação;

b) **Conforme cronograma de implantação do sistema eSocial**, de acordo com o enquadramento da empresa no grupo 02 ou 03 - fonte: <http://portal.esocial.gov.br/noticias/publicado-novo-cronograma-do-esocial>, a contratada deverá encaminhar os seguintes comprovantes aos gestores/fiscais do contrato:

I - Eventos Totalizadores do eSocial (substitui a relação dos trabalhadores na SEFIP):

- a. S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador;
- b. S-5003 - Informações do FGTS por trabalhador;
- c. S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte;
- d. S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte.

II - GRFGTS - Guia de Recolhimento do FGTS na vigência do eSocial (substitui a GRF).

III - DARF - Documento de Arrecadação da Receita Federal gerado no DCTFWeb (substitui a GPS).

- a) **GEFIP/SEFIP ou DOCUMENTOS DO ESOCIAL acima relacionados (se já exigível em razão do enquadramento da empresa)**, comprovando regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tributos Federais relação nominal dos profissionais alocados para a prestação dos serviços e quantificação dos dias trabalhados;

- b) Guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas;
- c) Cópia das notas fiscais das despesas efetuadas pelos empregados para pagamento do reembolso com despesas de ajuda de custo;
- d) Entre outras comprovações de pagamento de obrigações trabalhistas previstas na planilha de custos, no edital e neste contrato.

7.3.2.1 - Conforme disposto no **art. 65, incisos I, II e § único** da IN 05, de 26 de maio de 2017 do MPDG, a CONTRATADA fica ciente de que o TRE/PR deverá reter:

“I - a garantia contratual, conforme art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
II - os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do **caput**, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.”

7.3.2.2 - Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução desta contratação, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes mencionados acima deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela CONTRATADA, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.3.2.3 - Deverá a fatura ser acompanhada dos comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias e/ou do CAGED, em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregados no curso deste contrato.

7.3.3 - Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá apresentar Nota Fiscal Complementar sem a necessidade dos documentos acima listados, cuja liquidação e pagamento ocorrerá desde que mantida a regularidade fiscal.

7.3.3.1 - Integra a execução do contrato e é condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a correta apresentação de todos os documentos listados na cláusula 7.3.2.

7.3.3.2 - Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes de que trata a cláusula 7.3.2, deverão ser comprovados os pagamentos, ao empregado, das verbas rescisórias ou demonstrado que o empregado foi realocado, pela CONTRATADA, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.3.3.3 - As comprovações de que trata a cláusula 7.3.2 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

7.4 - Das condições do pagamento:

7.4.1 - O pagamento será efetuado **mensalmente**, após o atestado pelo gestor do contrato, designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.4.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.4.2.1 - Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.4.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.4.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.3.1.3.

7.4.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.4.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato e/ou anexo(s).

7.4.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e mediante solicitação formal da CONTRATADA, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo TRE-PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$,

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.5 - Da regularidade fiscal:

7.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à

regularização.

7.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato e/ou anexo(s).

7.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.5.2.1 - As consultas, de que tratam as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 - Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 - Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua

incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - O valor correspondente ao custo da remuneração da mão-de-obra, utilizada na execução do serviço, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre o serviço contratado, será repactuado após o decurso de um ano a contar da data da Convenção Coletiva de Trabalho a que a proposta se referir.

9.1.1 - A CONTRATADA deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho que ensejará a repactuação, bem como a pertinente planilha de custos atualizada.

9.1.3 - O valor correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato serão reajustados juntamente com a primeira repactuação da mão-de-obra, proporcionalmente aos meses decorridos da data limite para a apresentação da proposta, tendo com índice o IPCA. Os reajustes subsequentes observarão o decurso de 12 (doze) meses do anterior.

9.1.4 - As repactuações pendentes e que não forem solicitadas pela CONTRATADA durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do mesmo.

9.2 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidenciem a majoração dos custos da prestação dos serviços, avaliados face a apresentação da planilha de composição de preços pertinentes pela CONTRATADA e após ampla pesquisa de mercado.

9.2.1 - A revisão, se deferida pelo CONTRATANTE, será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei nº 8.666/93)

10.1 - Para cumprimento das obrigações, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da assinatura deste contrato, que ficará sob custódia do TRE/PR, no valor de **R\$..... (.....)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com vigência de **03 (três) meses além da vigência contratual (.../.../.....)**, em conformidade com o art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, cabendo à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

10.1.1 - O Seguro garantia ou fiança bancária deverá ter número, nome do banco emissor, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

10.1.2 - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 10.1, sendo que, uma

vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

10.1.3 - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL, VERBAS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS**, sendo que deverá estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

10.1.4 - As garantias estabelecidas no item 10.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de 03 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

10.1.4.1 - A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação pela CONTRATADA da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto, sob pena de Retenção da Garantia Contratual para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da IN 02/2008.

10.2 - A liberação será feita pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

10.3 - No caso do contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescentar a garantia, conforme o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

11.1.1. São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

a) Serão consideradas situações de natureza GRAVE:

a.1) Inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas;

a.2) Se houver reincidência de descumprimento, no mesmo item, por 03 (três) vezes consecutivas ou intermitentes, no período de 12 (doze) meses, será realizada abertura de processo administrativo visando aplicação das sanções previstas.

b) Irregularidade perante às certidões obrigatórias — FGTS, INSS e Fazenda Federal e Trabalhista — será, inicialmente, considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, se não regularizadas, ensejar infração GRAVÍSSIMA implicando rescisão unilateral do contrato;

c) O descumprimento dos demais deveres pela CONTRATADA, ressalvados aqueles fixados no Instrumento de Medição de Resultado, será considerado de natureza LEVE se não causar prejuízo para a administração;

d) A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade,

conforme o impacto na execução contratual, que será classificada em 04 (quatro) níveis:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssima: inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade.

11.1.2 - Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado:

a) ADVERTÊNCIA: para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

b) MULTAS:

b.1) multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total proposto, pelo atraso injustificado ao início da execução do objeto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução total do contrato, implicando rescisão unilateral da contratação;

b.2) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato para o cometimento de infrações de natureza GRAVE;

b.3) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA;

b.4) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato pelo atraso na apresentação da garantia.

b.5) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato pela inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas, quando o percentual de glosa for superior a 15% (quinze por cento) nos termos previstos no item 7.2.2.3 deste contrato, bem como pela não apresentação da garantia prevista na cláusula décima deste contrato.

b.6) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para os demais casos de inadimplementos GRAVÍSSIMOS, inadimplemento total do contrato ou pela cessação da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação;

11.2 - As multas estabelecidas poderão ser cumuladas com as sanções previstas no subitem 11.2.1:

11.2.1 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o credenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o

contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.3 - As multas e os prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATANTE.

11.3.1 - Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

11.4 - As multas imputadas à CONTRATADA, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.5 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos de 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

12.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/05, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

Curitiba, de de 2020.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

Juntar os anexos:

Anexo II, Medição de Resultados (IMR)
Anexo II A - Formulário de Avaliação de Qualidade de Serviço
Anexo II B - Formulário de Formação de Valor para Emissão de NF-1
Anexo II C - Formulário de Conferência de Documentação - 1
Anexo V - Planilha de Custos